Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Projeto de Lei nº de 2022 (do deputado federal Kim Kataguiri - UNIÃO-SP)

Altera a Lei nº 14.133 de 2021 (Lei das Licitações) para impedir a licitação de obras públicas redundantes

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera a Lei nº 14.133, de 2021 (Lei das Licitações), para impedir a licitação de obras públicas redundantes.

Art. 2º. A Lei nº 14.133, de 2021, passa a viger acrescida das seguintes modificações:

"Art. 5º.....

.....

Parágrafo	úr	nico.	As	lici	tações	de	ok	oras	públicas
obedecerão	כ	tamb	ém	à	vedaçã	ío	de	red	undância,
impedindo-se que novas obras sejam licitadas enquanto									
as obras em andamento não forem concluídas.									
Art. 6º									

XII-A - Obra redundante: a obra feita na mesma área geográfica e com o mesmo propósito de outra obra, cuja







## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

construção esteja sendo executada ou que, por qualquer motivo, esteja com a construção suspensa ou interrompida"

XII-B - Área geográfica: definição usada para aferir a redundância de obra licitada, compreendendo o mesmo Município, o mesmo Estado, o Distrito Federal ou obra que faça qualquer ligação de infraestrutura entre os mesmos entes federativos.

mesmos entes federativos.
XX-A. Estudo de redundância: estudo, mesmo que breve,
que poderá ser autônomo ou contido no estudo técnico
preliminar, feito com o fim de se certificar que a obra
licitada não é redundante.
Art. 18
II-A. Certificação de que a obra pública a ser licitada não é

§1º......

XIV - Breve estudo sobre a redundância da obra e

.....

certificação sobre sua ausência.

redundante.

§2º. § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII, XIII e XIV do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os





## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

demais	element	tos prev	istos	no r	eferido	parágra	afo,
apresent	tar as dev	vidas justi	ficativa	is.			
§4º. Se,	por qual	quer moti	vo, o e	studo	sobre re	edundâr	ıcia
da obr	a não	for feit	o no	estu	do pre	eliminar,	a
Administ	tração p	oderá f	azê-lo	sepai	radamer	nte, ser	ndo
vedada a licitação sem a certificação de que a obra não é							
redundante". (NR)							

Art. 3º. A Lei 8.429, de 1992 (Lei da Improbidade Administrativa), passa a viger com as seguintes alterações:

"Art. 10	•••

XXIII - Finalizar a licitação de obra considerada redundante ou iniciar a construção de obra sem se certificar sobre ausência de redundância".

Art. 4º. Não se exige o estudo sobre redundância para obras cuja licitação foi iniciada até a entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação.





Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)

#### Justificação

Criou-se no Brasil o péssimo hábito de iniciar obras sem que outras obras,na mesma área geográfica e com a mesma finalidade, tenham sido previamente completadas. Há casos de obras que, por qualquer motivo, estão suspensas, sendo que o Poder Público prefere deixá-las suspensas (muitas vezes durante a longa tramitação de processo judicial ou administrativo que levou à sua suspensão) e iniciar uma nova obra, que seria redundante e desnecessária se a primeira tivesse sido completada.

Creio que tal hábito se dá porque interessa, para fins publicitários, dizer à população que uma nova obra foi iniciada. Ocorre que tal prática é, evidentemente, um desperdício de recursos públicos.

Pelo presente projeto, proponho criar o conceito de obra redundante, que é aquela realizada na mesma área geográfica e com a mesma finalidade das obras já existentes. Todas as licitações deverão conter, em seu estudo preliminar, nota sobre a ausência de redundância da obra pública, sendo que a ausência de tal estudo implica improbidade administrativa.





Apresentação: 18/04/2022 22:57 - Mesa

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Peço aos eminentes colegas a aprovação deste projeto, a fim de evitarmos o desperdício de recursos públicos.

Sala das Sessões, 18/4/2022

KIM KATAGUIRI

Deputado Federal (UNIÃO-SP)



